

Valor Econômico – 16/11/2007

Opinião

Energia mais cara, lá e cá

O ano de 2008 terminará em breve e a energia está ficando mais cara. Um crescimento persistente da demanda, especialmente de petróleo, encontra uma oferta que se expande com dificuldades, jogando os preços para cima. Estes quase bateram os US\$ 100 dólares por barril nestes últimos dias.

O crescimento acelerado da demanda é fruto da forte expansão mundial dos últimos anos. De fato, o PIB mundial cresceu, segundo estimativas do FMI, 4,9% em 2005, 5,4% em 2006 e deverá atingir 5,2% neste ano; mais ainda, o fortíssimo crescimento de China e Índia, apenas, é responsável por quase 40% da elevação da demanda global de petróleo. Entretanto, a surpresa do ano residiu no fraco desempenho da produção, que não conseguiu acompanhar a procura. Duas razões concorreram para isso: de um lado, em algumas regiões de exploração madura a queda da produção foi maior que a projetada. Este é especialmente o caso da Venezuela, onde a falta de manutenção dos poços resultou numa redução de produção que chegou em alguns períodos a ser superior a 200.000 barris/dia. A "revolução" bolivariana segue destruindo a economia local. A segunda razão é que muito projetos novos estão atrasados, como em regiões do Mar Cáspio e outras, quer por falta de equipamentos, quer por dificuldades inesperadas no cronograma das obras. Este inclusive é o caso do Brasil, onde a produção de petróleo até agora está algo como 170.000 barris /dia aquém das projeções feitas no ano passado (a produção, entretanto, deve crescer nos dois últimos meses do ano). O resultado foi uma contínua queda nos estoques e pressão nas cotações.

Esta pressão nas cotações está se revertendo nestes últimos dias. A Agência Internacional de Energia, em 13 de novembro, disse que "existem fortes indicações de que os altos preços estão deprimindo o consumo na Arábia Saudita, Iraque e Nigéria, o que colocou freio as altas adicionais de preços".

Entretanto, o recuo das cotações não deve ser muito grande, especialmente porque a crise de crédito que se iniciou em meados de julho não vai alterar o ciclo econômico. De fato, o risco de uma crise sistêmica de crédito no mundo parece ter ficado para trás; no entanto, ainda teremos muita volatilidade nos mercados e o sistema financeiro ainda terá que assumir muito prejuízos. Uma nova regra contábil nos EUA vai obrigar as instituições neste final de ano a marcar a mercado os ativos do chamado nível 3, que é composto por papéis com baixa liquidez e que normalmente eram contabilizados a preços calculados por modelos ("market to model"). Adicionalmente, a economia americana vai desacelerar fortemente, uma vez que apenas o bom desempenho das exportações será fonte importante de crescimento, pelo menos nos próximos meses. Acreditamos, na MB, que os EUA crescerão algo como 1,5% no próximo ano - mas achamos também que a Europa vai desacelerar, mas não tanto como os EUA, e que a Ásia continuará a crescer fortemente. Neste caso, o PIB global deve crescer pelo menos 4,5% (o FMI estima 4,8%), o que ainda manterá num nível elevado a demanda por energia. Neste caso, acreditamos na projeção da Goldman Sachs de um petróleo, na média, a US\$ 80 dólares o barril em 2008, mais elevado do que no ano em curso.

O "tarifão" já é um dado do futuro, mas o apagão elétrico pode ser evitado com chuvas e o cumprimento da agenda de novos projetos de energia

Em termos de petróleo, a produção brasileira deve crescer no próximo ano, depois dos atrasos de projetos deste ano. A Agência Internacional de Energia estima que até o final de 2008 a produção de óleo vai crescer 300.000 barris/dia, atingindo 2,1 milhões. Ademais, a descoberta do campo de Tupi é excelente notícia, elevando reservas e perspectivas de produção futura. Tupi reforça a idéia que não temos escassez de fontes de energia. Ao contrário, o país talvez seja o de maior potencial de diversificação de sua matriz energética e com mais chances de produzir competitivamente energia renovável. Temos todas as condições de atender a uma demanda que crescerá com o avanço do país.

Entretanto, temos uma séria questão de curto prazo no balanço de oferta e demanda de energia elétrica, pelo menos até 2011. Este tema foi objeto desta coluna no final de junho e só voltamos a ele porque os fatos recentes tornaram as dificuldades ainda mais prováveis no futuro próximo.

Apenas para recordar, mostramos naquela ocasião que, se a expansão do PIB fosse superior a 4% ao ano, e a expansão da oferta de gás natural tivesse algum atraso, a probabilidade de falta de energia seria muito elevada, mesmo com chuvas normais. Mais recentemente, trabalhos como o do **Instituto Acende Brasil** foram na mesma direção.

A questão é que nos meses recentes tivemos um ensaio geral das dificuldades apresentadas. Em primeiro lugar, nossa vizinha Bolívia fez um "overbooking" do gás natural, ao assumir os seguintes compromissos de entrega do produto: 5,3 milhões de m³ para o atendimento da demanda local, naturalmente prioritária; 7 milhões para a Argentina, a um preço mais elevado; 2,3 milhões para a térmica de Cuiabá e, finalmente, 30 milhões para a Petrobras, somando tudo quase 45 milhões de m³. Como a produção máxima de hoje é da ordem de 40 milhões, alguém tem que ficar sem receber, razão pela qual até setembro o Brasil recebeu algo como 24 milhões de média diária (Cuiabá ficou de fora). Dado o atraso das chuvas neste ano, a ONS ordenou o despacho de algumas térmicas para economizar água, o que resultou nos "probleminhas" enfrentados pelo Rio e São Paulo. Além das térmicas que a ONS já havia excluído do sistema, como noticiou o Valor na quarta-feira, a térmica da Tractebel no Mato Grosso do Sul também não recebe gás há algumas semanas.

É certo que a chegada das chuvas alivia o sistema. Mas o período recente deixou definitivamente claro que teremos um "tarifão". Evidências: as autoridades anunciaram uma nova elevação no preço do gás natural; os preços do mercado livre de energia já dispararam; o GNL, quando chegar, custará pelo menos duas vezes o atual preço de importação; o custo das térmicas a óleo é bastante elevado e por aí vai.

O "tarifão" está dado. Apagão, agora, depende das chuvas e do atendimento dos cronogramas dos novos projetos.

José Roberto Mendonça de Barros é economista da MB Associados. Escreve mensalmente às quintas-feiras